



100<sup>o</sup>

**Boletim Informativo  
da Associação Portuguesa  
dos Recursos Hídricos**

**APRH**

Abril / Junho de 1999

**SUPLEMENTO**



## NOTA INTRODUTÓRIA AO SUPLEMENTO DO BI n.º 100

É com enorme satisfação que a APRH edita o centésimo número do seu Boletim Informativo, relativo ao trimestre de Abril/Junho de 1999.

Para comemorar a efeméride, a actual Comissão Redactorial do Boletim Informativo preparou uma edição especial que, embora apresentando os mesmos moldes utilizados desde Janeiro de 1997, conta com uma nova capa e com um suplemento central "especial", a cores.

O suplemento central deste BI foi efectuado com os contributos do Eng. Eduardo Oliveira (um dos elementos do 1º BI) e de alguns dos ex-Presidentes de Comissões Directivas da Associação que tiveram a amabilidade de responder a mais este desafio que lhes lançámos. Tendo como base que a missão do BI é "*difundir a informação sobre assuntos de interesse para os associados, nomeadamente, quanto à actividade da própria APRH, e a estabelecer permanente contacto entre os órgãos sociais e os associados, bem como destes entre si*" e "*divulgar os factos mais importantes da vida da Associação, a informação sobre as principais realizações culturais e de âmbito nacional e internacional, privilegiando-se o interesse e a oportunidade da notícia na prestação de um serviço que, acima de tudo, se deseja eficaz*", solicitou-se ao Eng. Eduardo Oliveira uma pequena história sobre os primórdios do BI e aos ex-presidentes um pequeno texto onde nos relatassem quais os acontecimentos que durante o seu mandato mais marcaram os interesses da Associação e do País.

O conjunto das contribuições dão-nos uma ideia muito interessante, embora apenas parcial, da evolução dos principais temas e preocupações em destaque no País ao longo dos mais de 20 anos de existência da APRH, que tiveram início com a sua própria constituição. Nesse ano de 1977 abriu-se no País um novo espaço autónomo de debate para os recursos hídricos. Nos anos que se seguiram houve lugar para uma rápida e forte afirmação do papel da APRH, quer a nível nacional quer internacional. A APRH foi o ponto de partida e/ou esteve na origem do desencadear de um conjunto vastíssimo e notável de acções, debates e decisões que contribuíram decisivamente para robustecer as acções nacionais a nível institucional sobre o planeamento e a gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Os noventa e nove Boletins Informativos já publicados o foram testemunhando e descrevendo.

Espera-se, agora, que o BI n.º 100 consiga simbolizar a singela homenagem que as novas gerações gostariam de prestar àqueles que com reconhecido empenho e entusiasmo tão bem souberam criar e valorizar o contínuo desempenho técnico-científico desta nossa ímpar Associação.

Teresa Eira Leitão  
(Directora do BI)

## O BOLETIM INFORMATIVO DA APRH

### UM ELO DE LIGAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DA APRH

#### 1. DAS ORIGENS...

O *Boletim Informativo* da APRH (BI) foi a primeira publicação periódica editada pela Associação. O seu estatuto editorial e os objectivos programáticos foram preparados no âmbito da *Comissão Especializada das Actividades Editoriais* (CEAE), a primeira a ser criada após a constituição da Associação e pela primeira Comissão Directiva (CD) então empossada.

Falar das origens do BI da APRH é falar da CEAE, pois muita da actividade editorial da APRH que se lhe seguiu foi definida e estabelecida por esta, em consonância com os Estatutos da Associação e com o programa de acção da referida primeira Comissão Directiva.

Constituíram a primeira CEAE o Engº Vaz Pato, que presidia, a Engª Vitória Mira da Silva, o Engº Soares David e eu (Eduardo Oliveira), formando o "núcleo duro" da Comissão. O livro *20 Anos* da APRH refere ainda o Engº Nunes Correia, mas não me lembro de alguma vez o ter visto a "carregar o piano"! Foram ainda colaboradores de algumas rubricas do BI, entre outros, os Engºs Pinto de Magalhães, o Engº Jaime Melo Baptista, o Engº Pires Elias e o Dr António de Sousa Sobrinho, e também o Dr Miguel Gamboa, à data Ajudante de Experimentador do LNEC, mas grande ajuda me deu!

O primeiro BI foi distribuído aos Membros em Fevereiro de 1978, após algumas peripécias com o seu registo legal. Deve ser, ainda, das poucas publicações periódicas de Associações científicas (ou outras) devidamente registadas na Conservatória respectiva.

Era um tempo de mudança, onde "as coisas" avançavam num misto, mais ou menos caótico, de novas ideias "revolucionárias" (o PREC, ainda se lembram os "velhotes"?)

com as da "velha ordem". Neste aspecto, o registo de publicações seguia as normas do passado, onde "havia sempre um documento mais a apresentar e que faltava". Não admira, por isso, que a maioria das publicações congéneres fossem "clandestinas", tal era a "trabalhera" que isso dava (será ainda assim?). Mas lá se registou a publicação "*Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos*", de periodicidade bimestral e um custo (era obrigatório estabelecer um valor, mesmo grátis!) de 20\$00 de venda ao público. Foi seu primeiro Director o Engº Vaz Pato, como não podia deixar de ser.

O primeiro exemplar (que esteve para ter o número 0 (zero!)), informava sobre os propósitos da publicação, bem como sobre a estrutura editorial:

- O *Editorial*, da responsabilidade da Comissão Directiva, destinava-se a veicular as grandes linhas programáticas que norteavam as acções daquele órgão, em matéria de intervenção da jovem Associação na política da água;
- O *Pontos de Vista*, dava lugar à publicação de textos da autoria de associados sobre os mais diversos assuntos;
- Seguiam-se uma série de secções, fundamentalmente descritivas, destinadas a divulgar a actividade da APRH aos membros, a informar sobre as novas adesões (singulares e colectivas), as realizações científicas de interesse (Congressos, Reuniões e Outras Realizações), Legislação, etc.

Durante cerca de 4 anos fui responsável pela recolha de textos, preparação de muitos outros e pela impressão e distribuição aos membros do BI.

Era também um tempo em que não havia PCs, nem formatadores de texto como há hoje. A "maquete" de cada número era preparada em manuscrito, a que se juntavam colagens de recortes fotocopiados daqui e dali, apresentada à CD para "aprovação", e entregue depois a um dactilógrafo, que se cobrava à página. Uma semana depois devolvia o texto dactilografado para revisão

das gralhas, a ele retornando para correcção das ditas. Finalmente, o BI, maquetado a rigor, lá ia para impressão nas Oficinas Gráficas do LNEC, sendo frequente fazer um "choradinho" ao chefe da gráfica para dar prioridade ao assunto, pois, como se pode imaginar, ia para lá sempre atrasado. Da impressão saía agrafado num canto e "dobradinho em 3", a que era necessário pôr uma cinta de papel e colar etiquetas com os nomes e endereços dos destinatários. Estas eram previamente dactilografadas, policopiadas e recortadas, para servirem de uns números para os outros, só se acrescentando as novas adesões entretanto ocorridas. Oh santa, que vida a minha!

Lá para 1979/80 consegui deitar a mão a um programa "manhoso" do computador do LNEC, que simulava uma base de dados, onde os "campos" (Título, Nome, Morada, Localidade, Código Postal, País e Número de associado) eram definidos pela número dos respectivos caracteres!

Informatizei logo os membros e respectivas moradas, foi um regalo! Daí conseguia imprimir etiquetas autocolantes, no computador do LNEC, mas apenas a determinadas horas!, o que já era um grande avanço relativamente às etiquetas dactilografadas, policopiadas e recortadas à guilhotina. Este programa acabou por se tornar um sucesso, pois, das etiquetas para o BI passou-se às listagens dos participantes nas numerosas acções organizadas pela APRH, em enormes "lençóis" de papel "pijama" (papel de computador listado em tiras azuis e brancas).

Como se pode imaginar, mal saía um número para o correio já o seguinte estava a ser preparado: recolher textos, "chagar" o Presidente e outros membros da Comissão Especializada das Actividades Culturais, entretanto também criada (CEAC, o Arquitecto Vila Nova, o Professor Emídio Santos, acabado de regressar do seu doutoramento nos States, e outros), para nos fazerem chegar textos das acções culturais promovidas e a promover pela APRH, assim como os responsáveis pelos Núcleos Regionais. Era um castigo obterem-se os textos para o BI!

E procurar as acções para o calendário dos *Congressos, Reuniões e Outras Realizações*? O Jaime Melo Baptista e o Pinto de Magalhães, "passavam-se"! Andava-se à caça das revistas da especialidade, seleccionando as acções que interessavam, das que não interessavam, "sacar" as moradas dos contactos e secretariados para eventual inscrição e... retomar o processo: manuscrito, fotocópias, "corte e costura" (cut and paste?), "visto" da CD, dactilógrafo, correcções, Oficinas Gráficas, cintas, etiquetas, Correio com ele! Ah sorte!, especializei-me naquilo!

## 2. DAS OUTRAS PUBLICAÇÕES...

Foi também da responsabilidade da CEAE a preparação de outras publicações ou edições da APRH, quer na forma quer no conteúdo, quer, ainda, no respectivo estatuto editorial. Até 1981, destaco as seguintes:

- ❑ Revista *Recursos Hídricos*, que se pretendeu trimestral e destinada a divulgar textos científicos, maioritariamente de autores portugueses e membros da APRH, sobre recursos hídricos em geral.
- ❑ Cartaz alusivo à *Carta Europeia da Água*, da autoria da artista gráfica Alda Rosa (ainda há por aí quem tenha esse cartaz?).
- ❑ Publicações não periódicas, como sejam os textos dos Seminários, Conferências e Painéis promovidos pela Associação, os quais deveriam ter um formato apelativo e distinto entre si.

Para a Revista, cedo se mostrou conveniente dispor de uma Direcção de Redacção e de um Corpo Redactorial independentes da CEAE, que assegurassem, por um lado a promoção da recepção dos textos a publicar e, por outro, garantissem a sua qualidade (científica e semântica).

O seu formato, originalmente em B5 à semelhança de outras de conteúdo semelhante, e arranjo gráfico foram largamente discutidos entre a CD e a CEAE. Foi autora a mesma artista gráfica do cartaz da *Carta Europeia da Água* (Alda Rosa).

Definiram-se as páginas de publicidade, em dimensão (página inteira, meia página e

“cartões de visita” (1/4 de página!)), e respectivos locais de inserção. Tudo ao mais pequeno pormenor, à boa maneira do Engº Veiga da Cunha e do Engº Eira Leitão!

*Instruções para os autores:* fotografias e figuras; títulos dos parágrafos e texto; referências às figuras e bibliografia! *Formulários para os revisores dos textos:* apreciação genérica; correcções a fazer; prazos de entrega e devolução! *Instruções para os anunciantes!* Não esquecendo, claro, a “guerra” já conhecida do respectivo registo legal, de que me ocupei, claro!, e que obrigava, assim como ao BI, ao envio de 12 exemplares 12 para a Biblioteca Nacional!

Do cartaz, cuja edição foi conseguida graças a uma generosa contribuição do então Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais (!?), lembro a discussão prolongadíssima que houve na CD sobre as cores que deveriam ter as “bolinhas” que aparecem no cartaz! Alguns membros da CD argumentavam que certas cores seriam... libidinosas! E os números dos artigos? Em romano ou em árabe? E o Engº Morais Sarmiento a lembrar que água não bebia porque “... enferruja... e sabe-se lá o que a EPAL lá mete!” (ele era um destacado membro da EPAL!). Só visto! Bons tempos, não foram Engº Eira Leitão e Engº Raposo?

### 3. DA EXPERIÊNCIA...

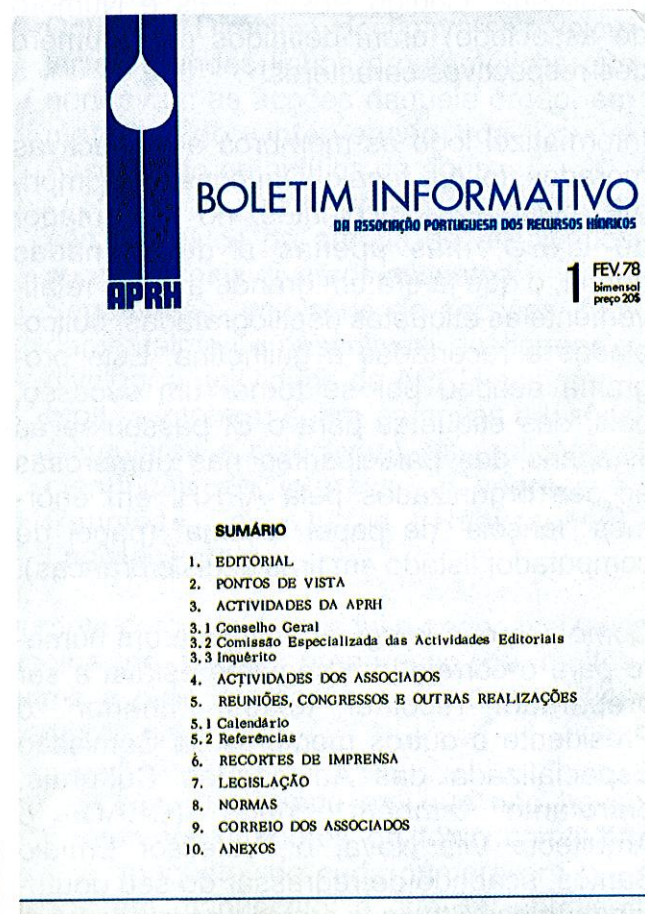
Diz-se que, da vida, o melhor são as recordações, as boas em particular! De facto, recordo com particular satisfação o “pioneirismo” de pôr uma Associação em marcha “a partir do zero”, como aconteceu com a APRH.

Defendia-se um conjunto de ideias que pretendiam acabar com o estatismo das “verdades indiscutíveis” do passado, e que, pela persistência, pelo estudo e pela firme convicção das certezas e das dúvidas que nos animavam, se mostraram acertadas nos seus fundamentos. Mais do que esse acerto, tem sido gratificante verificar como se evoluiu, através da discussão aberta que a Associação permitiu, com avanços e recuos típicos dos processos que se querem dinâmicos, mas certamente com resultante positiva.

Neste processo, não será descabido atribuir às pequenas acções, como a edição periódica de um boletim de informações da Associação, como um contributo importante para a “mobilização”, em defesa do progresso das ideias, e, em resultado, da própria sociedade.

Foi, pois, para mim, um privilégio ter participado nesse processo construtivo, vivendo de perto os acontecimentos, e com os seus actores principais, integrado numa equipa redactorial particularmente activa e irreverente, e que apenas procurava garantir que o Boletim Informativo da APRH fosse um elo de ligação entre todos os membros!

Eduardo Oliveira  
LNEC, Núcleo de Estuários  
Membro (Fundador) n.º 33



Boletim n.º 1

## O BOLETIM INFORMATIVO Nº 100 MERECE SER COMEMORADO

Pedem-me um texto sobre alguns acontecimentos mais marcantes na vida da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos no período a que ela presidi, ou seja, de meados de 1979 a inícios de 1982. Correspondo com gosto à solicitação, de uma forma que permitirá evidenciar, numa perspectiva alargada, os assuntos então mais expressivos no âmbito da gestão e utilização das águas do País.

Como se comemora a edição do centésimo número do Boletim Informativo (BI) da APRH, porque não aproveitar a circunstância para prestar singela mas merecida homenagem ao próprio Boletim? Assim o vou tentar, recordando o que se passou no âmbito dos recursos hídricos nacionais, duas décadas atrás, precisamente com base no conteúdo dos treze números que se publicaram no período em apreço.

As preocupações mais relevantes, os temas e os casos que surgiram - curiosamente, alguns deles ainda hoje perduram! -, a visão global e integrada dos sistemas hídricos por que a APRH se batia, tudo isso ali transparece e quase só através do enunciado dos títulos publicados. Senão vejamos.

Em primeiro lugar o elenco dos PONTOS DE VISTA, apresentados em todos os números do BI, e a identificação dos respectivos autores:

- A problemática da gestão das águas marítimas - Maria Eduarda Gonçalves
- A avaliação do impacte ambiental - Luís Soares Barreto; Recursos hídricos subterrâneos - Carlos Calado
- Revisão das redes de observação udo-meteorológicas e hidrométricas em Portugal Continental - António Lousada dos Santos
- Conservação da natureza. Perspectivas para o futuro - Alberto Vila Nova

- Utilização da água na indústria - Vitor Alves de Figueiredo; A utilização de lagoas de oxidação de esgotos em Portugal - J. Maggioly Novais
- Estudo ambiental do estuário do Tejo - Tomás Espírito Santo
- A utilização de modelos de simulação em recursos hídricos - Miguel Azevedo Coutinho
- Cova da Beira. Porque não uma central reversível no sistema Côa - Meimoa? - Dália Lázaro
- Sobre a caracterização de secas - Maria Alzira Santos
- A reutilização da água - Jaime Melo Baptista
- Métodos de cálculo de sistemas de drenagem pluvial urbana. Perspectivas de investigação - Rafaela Pinto de Abreu
- A importância de prevenção e mitigação das inundações no ordenamento do território - António Sousa Sobrinho
- Parâmetros de qualidade da água - António Lobato de Faria; O planeamento de sistemas de recursos hídricos e o problema da incerteza - António Gonçalves Henriques

Curiosa e elucidativa não deixa de ser, também, a relação dos assuntos abordados na secção ANTOLOGIA, bem como o nome dos seus autores ou a origem da recolha bibliográfica:

- O Paul de Ota, suas causas e seu remédio - Estêvão Cabral
- Sobre o encanamento do rio Mondego - Domingos Vandelli
- Vida litoral. Portos antigos e portos extintos - Orlando Ribeiro

- O rio Lizandro e as inundações de 1876 em Torres Vedras - A. Pinho Leal
- O rio Douro - Américo Costa
- Do Reportório das Ordenações do Reino
- A barra e o porto de Lisboa - Baldaque da Silva
- A ria de Aveiro - Guia de Portugal
- Avarias e desastres no molhe da Pontinha - Adolfo Ferreira Loureiro
- O Aqueduto das Águas Livres - Guia de Portugal

Ficaria incompleto o destaque, apesar de já longo, se igualmente se não mencionassem alguns dos documentos publicados em ANEXO ao Boletim Informativo. Ei-los:

- Conclusões da Conferência de Mar del Plata - Política, Planeamento e Gestão da Água
- Declaração de princípios da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas sobre a Prevenção da Poluição das Águas, incluindo a poluição transfronteira
- Despacho de constituição da Comissão sobre Recursos Hídricos Nacionais
- Lei orgânica da Secretaria de Estado do Ordenamento e do Ambiente

E deram-se NOTÍCIAS várias relativamente à actividade desenvolvida pelos órgãos da Associação, com realce para os Simpósios sobre o Aproveitamento de Alqueva, os Recursos Hídricos Subterrâneos do Algarve, a Conservação da Natureza, a Gestão dos Recursos Hídricos em Áreas Industriais, a Água no Solo e a Bacia Hidrográfica Portuguesa do Rio Tejo e o seu desenvolvimento.



**Simpósio sobre o Aproveitamento do Alqueva**

Escreveu-se acerca da actualidade e das perspectivas para o futuro. Noticiou-se tanto a vida - das múltiplas iniciativas empreendidas e das ideias que a Associação vinha defendendo, designadamente através do EDITORIAL do Boletim - como a morte - do Prof. Manuel Rocha e do Dr. Duarte Cordeiro Simões. Referiu-se o lançamento da revista "Recursos Hídricos", o início do funcionamento da Universidade do Algarve, a publicação pelo Prof. António Quintela da sua "Hidráulica" ...e muito mais.

O leitor cuidará de deduzir a valia, interpretar a oportunidade e fazer a síntese do que antecede, mas certamente já percebeu quanto o manancial de assuntos tratados no BI, que se acaba de descrever, esteve no eixo das acções que singraram a APRH ao estatuto prestigiado de que hoje dispõem. Terá a evolução dos problemas nacionais relacionados com as águas, que eram marcantes há duas décadas e em boa parte hoje subsistem, sido determinada com a mesma lucidez e eficácia?

Falta dizer quem foi o Director do Boletim Informativo durante o período abrangido - o Engº José Vaz Pato, associado nº 3 da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Fica claramente demonstrado que lhe é devida uma palavra de muito apreço.

*António Eira Leitão*

## A APRH EM MEADOS DOS ANOS OITENTA

Decorriam os anos oitenta. Os recursos hídricos nacionais continuavam a ser geridos pela Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, sob a égide do Ministério das Obras Públicas, e a Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente ensaiava, timidamente, os seus primeiros passos no domínio da água.

Dez anos após a sua constituição, a APRH encontrava-se já profundamente enraizada no seio da comunidade técnica e científica nacional, tendo a sua actividade ao longo destes anos merecido o seu reconhecimento como pessoa colectiva de utilidade pública. Impunha-se agora alargar o âmbito de intervenção da Associação, no plano nacional e internacional. Assim e por proposta da APRH, foi institucionalizado o Dia Nacional da Água com o objectivo de contribuir para a criação de uma consciência cívica acerca da importância dos problemas da água, assumida individual e colectivamente através de uma maior ligação da comunidade científica e técnica às autarquias, às associações económicas e profissionais, às escolas e à população em geral. No plano internacional a Associação reforçou a sua cooperação com outras associações congéneres estrangeiras, designadamente, as associações brasileiras (ABES e ABRH) e as associações francesas (AGHTM e AFEE).

### DESPACHO DO PRIMEIRO-MINISTRO QUE CONSIDERA O DIA 1 DE OUTUBRO COMO DIA NACIONAL DA ÁGUA

Diário da República, II Série - n.º 33 - 9-2-1983

Presidência do Conselho de Ministros

Gabinete do Primeiro-Ministro

#### Despacho

Com o objectivo de se promover uma maior ligação da comunidade técnica nacional, na área dos recursos hídricos, às autarquias locais, associações económicas e profissionais e populações em geral, determino que o dia 1 de Outubro seja considerado como o Dia Nacional da Água.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 19 de Janeiro de 1983.-  
O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*



A nível interno, procedeu-se à alteração estatutária consubstanciada na abertura da Associação ao sector privado, que passou a poder usufruir da qualidade de membro colectivo de pleno direito e operou-se o reforço da autonomia dos Núcleos Regionais da APRH.

REPÚBLICA		PORTUGUESA	
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOA COLECTIVA			
Número de Identificação (NIPC)		501063706	
Nome, Firma ou Denominação			
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS			
Domicílio ou Sede			
LISBOA			
Caracterização Jurídica			
ASSOCIAÇÃO			
Data de Constituição		Actividade Principal	
04/08/1977		932000	

Também aqui e mais uma vez, a Associação procurou abrir caminhos e propor soluções que motivassem os poderes públicos para a urgente tomada de decisões que ao nível da estrutura jurídica e institucional se impunham como as mais apropriadas para o planeamento e gestão dos recursos hídricos nacionais.

*Vitória Mira da Silva*



## RECENSÃO À ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA APRH EM 1992/94

Terminou em Maio de 1994 o biénio 1992/94, para o qual a Comissão Directiva a que tive a honra de presidir foi eleita. As duas Vice-Presidências da CD foram eficazmente asseguradas pelo Eng. Mário Lino Correia e pela Dra. Maria Luísa Gouveia, tendo a constituição da CD ficado completa e contado com o importante contributo do Prof. António Heleno Cardoso, como Secretário da CD, e do Eng. Amílcar Melo Rodrigues, Tesoureiro da CD (a quem presto neste **Boletim Informativo N.º 100** a minha mais sentida homenagem à lembrança de um grande amigo).

O ano de 1992 marcou a história da gestão nacional dos recursos hídricos como o ano de início da mudança. As acções desenvolvidas a nível das Administrações Central e Regional, nomeadamente as tomadas de posse em Junho de 1992 dos cinco Directores Regionais do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e em Outubro de 1992, do último Director-Geral dos Recursos Naturais, com incumbência para o lançamento do Instituto da Água (INAG), mostraram que finalmente se estavam a tomar medidas visando modernizar o nosso sistema de gestão dos recursos hídricos. A legislação para a mudança incidiu não só na DGRN mas também em outras estruturas do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, nomeadamente na DGQA que passou (com novas competências) para Direcção-Geral do Ambiente (DGA). Estas acções foram importantes e formaram o quadro legal de referência dos anos que se seguiram a 1992.

As tomadas de decisão no domínio da gestão dos recursos hídricos e a passagem à acção encontravam-se na primeira linha das prioridades apontadas pela CD do biénio 1992/94.

Durante a *Jornada de Reflexão sobre a experiência nacional e as bases científicas para o Novo Sistema Institucional de Gestão da Água em Portugal*, realizada em Lisboa, na Torre do Tombo, em 11 de Dezembro de 1992, fez-se uma análise das acções em desenvolvi-

mento, a nível institucional e de atribuição de competências. Se era pacífica (embora tardia) a criação de autoridades regionais para uma gestão moderna e eficaz dos recursos hídricos (Administrações de Recursos Hídricos ou ARH), merecia a nossa reflexão o facto dessa atribuição de competências ser feita às Direcções Regionais do Ambiente e Recursos Naturais. Num mundo em mudança os discursos e as tomadas de posição das entidades governamentais e das organizações não governamentais (ONG) deverão necessariamente evoluir e actualizar-se. Há contudo princípios base que não devem ser feridos ou alterados.

Há princípios que devem ser sempre considerados qualquer que seja a solução institucional por que se opte, por estarem imbuídos de normas técnico-científicas fundamentais. Citemos como exemplo a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, hoje internacionalmente reconhecida em todos os países desenvolvidos. Ou a gestão quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos, que constitui outro aspecto fundamental. Ou ainda a gestão por bacias hidrográficas (com a consideração da especificidade dos aquíferos, base da gestão integrada dos recursos hídricos). Assim caso não haja correspondência directa entre uma área administrativa e uma bacia hidrográfica dever-se-ão tomar medidas que ultrapassem as problemas que inevitavelmente surgirão no futuro, por exemplo poluições importadas, recursos hídricos desviados, etc.

Olhando para as acções realizadas, é agradável observar o cumprimento de praticamente todas as linhas de acção programáticas da CD eleita para o biénio 1992/94. Das acções desenvolvidas salienta:

- a análise da problemática do novo sistema institucional de gestão da água,
- o reforço da componente científica e de análise dos problemas nacionais e internacionais de recursos hídricos,
- o reforço da linha de acção da APRH como ONG técnico-científica do sector "Água", e a cooperação com as principais ONGs nacionais de Defesa do Ambiente,
- o relançamento da actividade das Comissões Especializadas da APRH e a con-

tribuição para a criação de Pólos de Reflexão sobre Recursos Hídricos nas Regiões Autónomas e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Vejam os alcances de algumas das nossas acções:

**1. A nova legislação sobre Recursos Hídricos:** o debate foi iniciado nesse biénio, em Dezembro de 1992, na Torre do Tombo. Partia-se de uma situação francamente pouco animadora, de partição do território nacional em NUTS para planeamento e gestão dos nossos recursos hídricos. Construtivamente e em aberto diálogo com as entidades oficiais competentes, nomeadamente através da elaboração de pareceres críticos aos ante-projectos de Decretos-Lei enviados à APRH para análise, pareceres esses divulgados no **Boletim Informativo** e nos Anais do 2º Congresso da Água, e em reuniões com o ex-Secretário de Estado dos Recursos Naturais, a CD teve oportunidade de fazer passar com clareza o seu ponto de vista, nomeadamente salientando o total desfasamento científico e histórico da passagem das Bacias Hidrográficas/ARHs para as NUTS regionais. Conseguiu-se, que as cinco bacias internacionais (Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana) fossem planeadas pela mesma instituição (o INAG), cada uma como uma bacia completa em território nacional. O Tejo deixou assim, a seguir ao trecho internacional, de servir de fronteira entre a Região do Alentejo e a Região Centro, no que se refere ao planeamento dos seus recursos hídricos...! Conseguiu-se ainda que parte importante (50%) das verbas a colectar no âmbito de cada bacia hidrográfica, com Planos de Bacia a serem elaborados "no prazo de dois anos" (... prazo que se veio a revelar super-optimista... agora tudo leva a supor que os Planos possam estar concluídos no ano 2000), fosse reinvestida na mesma bacia hidrográfica. Conseguiu-se que os Conselhos de Bacia (de que a APRH faz parte, nomeadamente no Douro, Tejo e Minho) tivessem intervenção activa na aplicação dos investimentos a efectuar nas bacias.



Plano Hidrológico Nacional de Espanha

**2. O Plano Hidrológico Nacional de Espanha (PHNE):** o Encontro de Reflexão realizado pela APRH em Janeiro de 1994, que contou com a participação de cerca de 200 técnicos portugueses do sector da Água, e a de cinco técnicos superiores, oradores convidados, de Espanha, constitui o primeiro grande fórum de reflexão técnico-científica sobre o PHNE em Portugal. Sem dúvida que esta acção (complemento fundamental proveniente da sociedade civil às acções oficiais realizadas pelo MNE e pelo MARN em 1994) ajudou a mudar o ritmo dos acontecimentos tanto em Portugal como em Espanha. Está-se hoje claramente numa posição de maior equilíbrio técnico e científico em relação ao debate dos dois Estados-membros ibéricos da UE, tendo Portugal ultrapassado, parcialmente, a grave carência relacionada com a ausência de um Plano Nacional da Água. Contudo não está ainda resolvido o problema das implicações do PHNE nos recursos hídricos de Portugal. Com a ratificação pelos Parlamentos de Portugal (em Junho em 1999) e de Espanha (que se espera venha a realizar-se no Outono de 1999) este problema ficará legalmente concluído. É, no entanto, fundamental acompanhar-se o processo do real cumprimento do Protocolo, principalmente analisando com profundidade a sua evolução, e não nos esquecendo das graves situações observadas por exemplo em 1994 de absoluta carência de água no rio Guadiana.

**3. O Ciclo de Conferências da APRH sobre Recursos Hídricos:** a sua realização suscitou um grande interesse e permitiu transmitir às gerações dos nossos associados mais jovens parte da sólida experiência nacional em Hidrologia, Obras Hidráulica e Recursos Hídricos. É de facto fundamental passar a mensagem da idoneidade das nossas bases científicas e técnicas em Recursos Hídricos. Nunca é demais referir (publicamente) que esse saber está à disposição de quem nos governa para rapidamente alcançarmos os padrões comunitários de qualidade das nossas águas interiores, superficiais e subterrâneas, estuarinas e costeiras.

**4. O 1º SILUSBA - Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa:** finalmente realço com redobrado prazer (após o sucesso do 3º SILUSBA realizado pela Associação Moçambicana para a Ciência e Tecnologia (AMCT), pela APRH e pela ABRH em Maputo, Moçambique, em Abril de 1997) o nascimento do 1º SILUSBA no âmbito das actividades levadas a cabo pela CD da APRH no biénio 1992/94. Em paralelo com o 2º Congresso da Água, realizou-se em Lisboa, em Abril de 1994, o 6º SILUSB / 1º SILUSBA - Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa. A APRH e a ABRH davam deste modo público reconhecimento à mais valia técnica, científica e humana existentes nos novos Países Irmãos de Língua Oficial Portuguesa em África. Por direito próprio passaram, a partir de 1994, a dispor de um fórum especializado, no domínio dos Recursos Hídricos, para apresentação ao mundo de expressão portuguesa dos resultados das suas actividades de investigação e técnicas.

Realçamos a dedicação do Secretariado da APRH durante 1992/94, nomeadamente das suas funcionárias mais antigas, Ana Estevão e Dulce Garrido, que muito contribuíram para assegurar com eficácia e qualidade as actividades, tanto de rotina com extraordinárias da APRH, nomeadamente a

execução de tarefas por indicação da CD, a redacção do **Boletim Informativo**, a preparação dos *dossiers* mensais da contabilidade, e o assegurar permanente dos secretariados de seminários e encontros realizados pela CD e pelas Comissões Especializadas.

Realço com especial destaque a acção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde a APRH se encontra sediada, o apoio logístico e a disponibilidade sempre manifestada facilitando a realização dos seminários e encontros de reflexão organizados pela CD e pelas Comissões Especializadas da APRH, nomeadamente pela cedência de salas e do respectivo material audio-visual. Volto a agradecer neste **Boletim Informativo Nº 100** aos organismos públicos e às demais entidades que apoiaram as actividades da APRH, no biénio 1992/1994, bem como aos Associados, em geral, e às Comissões Especializadas, em particular, a notável contribuição dada, o que muito facilitou o desenvolvimento da actividade descrita.

J.P. Cárcamo Lobo Ferreira,  
Presidente da CD do biénio 1992/94

## PRINCIPAIS ASPECTOS DA ACTIVIDADE DA APRH NO BIÉNIO 1994/96

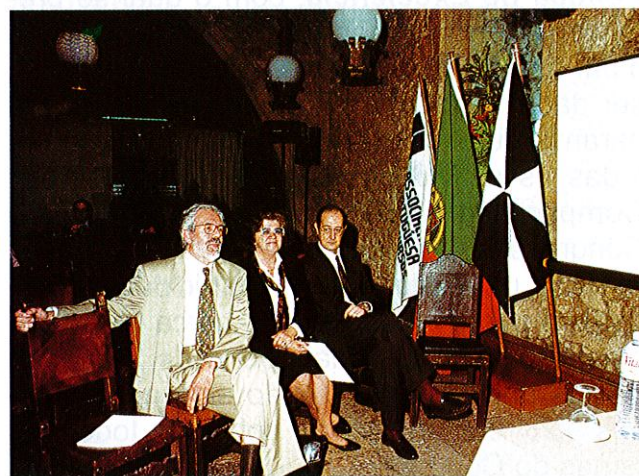
1- No biénio 1994/96, uma das mais importantes linhas de orientação seguidas pela Comissão Directiva prendeu-se com o reforço da APRH no debate, procura de soluções e tomadas de posição sobre as grandes questões que então se colocavam ao nosso País no domínio dos recursos hídricos, incluindo as suas implicações nas grandes questões da política do ambiente, e que, certamente, iriam condicionar o nosso futuro. Temas como a política de recursos hídricos, o novo quadro institucional e legal da água, o planeamento e gestão dos recursos hídricos, a qualidade da água e o controle da poluição, os efeitos em Portugal provocados pelo Plano Hidrológico Nacional de Espanha, a gestão das bacias hidrográficas luso-espanholas, a indústria da água e a empresarialização da água foram, por isso, objecto de importantes acções de estudo, análise e debate.

2- De entre as principais iniciativas desenvolvidas pela Comissão Directiva, em cumprimento desta linha de orientação, são de destacar:

- a) o Ciclo de Debates (repartido por três sessões com periodicidade mensal) sobre **O Novo Quadro Institucional e Legal no Domínio da Água**, designadamente no que se refere ao planeamento dos recursos hídricos, ao regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, ao regime económico-financeiro da utilização do domínio hídrico (respectivamente DL 45/94, DL 46/94 e DL 47/94, todos de 22 de Fevereiro) e ao regime de gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas (DL 372/93, de 29 de Outubro e DL 379/93, de 5 de Novembro);
- b) o Encontro Técnico sobre as **Implicações do Plano Nacional da Política do Ambiente na Política de Recursos Hídricos**, realizado durante a fase de discussão pública da Proposta daquele Plano Nacional, o qual veio a ser

aprovado pelo Conselho de Ministros em Março de 1995;

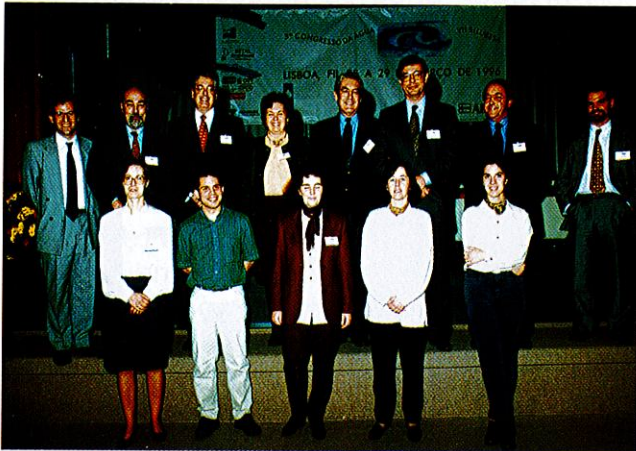
- c) o Seminário sobre a **Prevenção e Controlo da Poluição Hídrica em Portugal**, onde se apresentou uma proposta de estratégia neste domínio, elaborada pela equipa vencedora do 1º Prémio Água e Progresso, promovido pela APRH;



Prémio Água e Progresso

- d) a selecção da equipa vencedora do 2º Prémio Água e Progresso, subordinado ao importante e ainda muito actual tema da **Avaliação dos Níveis de Serviço das Entidades Gestoras de Sistemas de Águas de Abastecimento e de Águas Residuais**;
- e) a realização do **3º Congresso da Água**, em simultâneo com o **VII Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (SILUBESA)** co-organizado pela APRH e pela ABES -

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.



3º Congresso da Água

3- O 3º Congresso da Água teve como tema central ***A Água em Portugal: Por Uma Política de Excelência***, com o qual se pretendeu salientar a necessidade imperiosa de, a par do desenvolvimento do sector da água, ser dada também uma crescente atenção à garantia de elevados níveis de qualidade em todas as actividades ligadas a este sector. Comparativamente com os anteriores Congressos da Água, este 3º Congresso registou uma afluência de participantes verdadeiramente excepcional: cerca de 1000 congressistas, dos quais perto de 250 estudantes universitários, tendo sido apresentadas 223 comunicações cobrindo todos os temas do Congresso.

No VII SILUBESA verificou-se também a maior participação brasileira até então registada nas edições deste Simpósio realizadas em Portugal (45 participantes), a que correspondeu também o maior número de comunicações apresentadas (40 comunicações), contribuindo assim, de forma marcante, para o aprofundamento das relações entre a APRH e a ABES, bem como entre técnicos portugueses e brasileiros.

4- Julgo que as orientações prosseguidas pela Comissão Directiva da APRH e as inici-

ativas realizadas neste mandato contribuíram decisivamente para o esclarecimento e a mobilização da APRH, dos seus associados e dos principais interventores nos problemas da água em torno dos grandes problemas então em discussão, assim como para a definição das políticas que vieram a ser prosseguidas a nível nacional e local.

Mário Lino Correia

Presidente da Comissão Directiva da APRH  
no Biénio 1994/96

Lisboa, 29 de Junho de 1999

## ACTIVIDADE DA APRH NO BIÉNIO 1996-97. ASPECTOS MAIS RELEVANTES

Os quatro vectores que, de Abril de 1996 a Março de 1998, mais marcaram a agenda das discussões relativas às políticas de gestão dos recursos hídricos foram:

- Discussão pública da proposta de Directiva-Quadro de Política da Água da Comunidade Europeia.
- Transposição e aplicação de directivas comunitárias no domínio dos recursos hídricos.
- Regionalização administrativa e suas implicações na gestão dos recursos hídricos.
- Planeamento dos recursos hídricos.

Em todos eles a APRH se empenhou, procurando dar o seu contributo para o alargamento da discussão e para o esclarecimento da opinião pública sobre os principais aspectos em discussão e sua importância para Portugal. Para tal promoveu diversas reuniões sectoriais, participou em debates promovidos por outras entidades e organizou o 4º Congresso da Água com uma temática que permitiu ampla abordagem dos temas referidos. Penso ser lícito afirmar que com as diversas contribuições dadas para o debate, a APRH reforçou a imagem de Associação activa e interveniente, permanentemente empenhada em melhorar a gestão dos recursos hídricos nacionais.



4º Congresso da Água

Se em relação aos três primeiros temas, penso ser lícito afirmar que a acção desenvolvida pela APRH terá contribuído, quer para o esclarecimento da opinião pública, quer para se atingirem consensos sobre as soluções mais adequadas para o melhoramento da gestão dos recursos hídricos nacionais, no que se refere ao planeamento dos recursos hídricos, os diversos atrasos registados no início do processo não permitiram que a Associação pudesse ter então efectivamente contribuído para o desenvolvimento de um tema que, desde o início, se considerou importância fulcral, quer no plano interno, quer como forma de melhor defender os interesses nacionais no contexto das políticas comunitárias.

Gostaria também de salientar três realizações levadas a cabo no biénio em apreço. O 3º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (SILUSBA), realizado pela primeira vez em Moçambique, que, pela qualidade da organização, pelo elevado interesse despertado e pela significativa mobilização do meio técnico-científico nacional conseguida, passou a constituir um marco no âmbito das realizações que a APRH regularmente promove com associações congéneres.

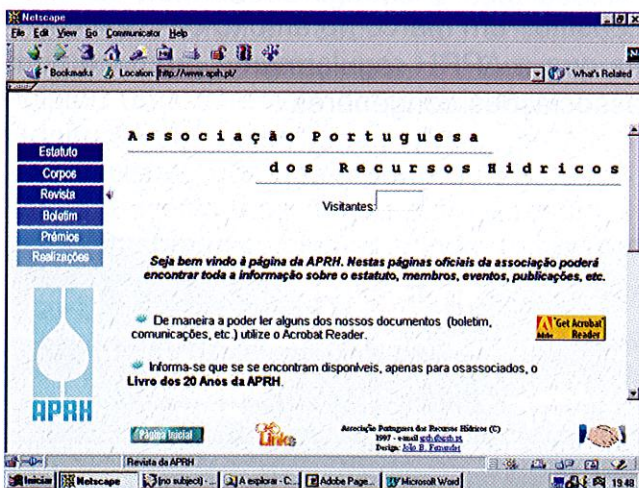


3º Simpósio de Hidráulica



### 3º Simpósio de Hidráulica

Em segundo lugar, a implementação da presença da APRH na INTERNET, como forma de alcançar maior divulgação das suas actividades junto dos associados e do público em geral, com particular ênfase para as camadas mais jovens. Foi um primeiro passo, que já por diversas vezes mostrou a sua eficácia na divulgação das actividades da APRH, e cujo potencial deverá vir a ser concretizado nos próximos anos.



página da APRH (<http://www.aprh.pt>)

Por último, a edição do livro *APRH-20 Anos*, que, pela sua estrutura e conteúdo, passou a constituir, muito possivelmente, o elemento mais significativo da já longa memória da APRH.

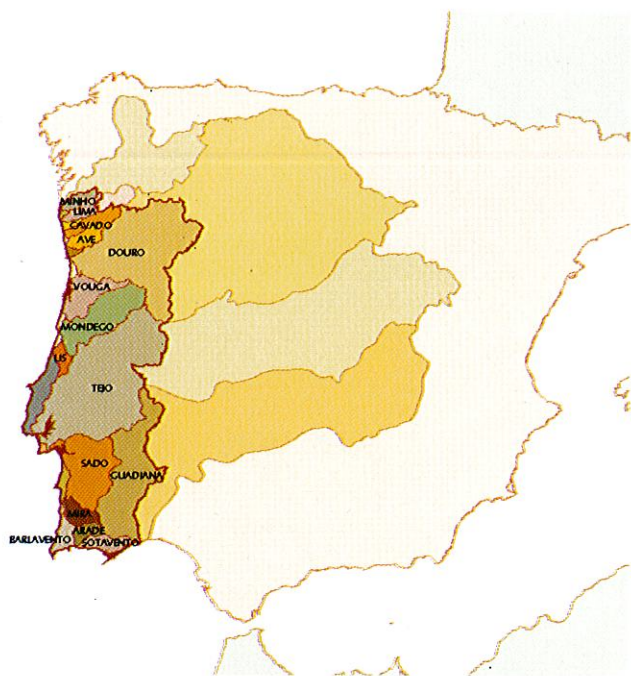
Os testemunhos dos ex-Presidentes da Comissão Directiva e dos diversos titulares de cargos de então, a estruturação das actividades desenvolvidas pela Associação e a organização da base de dados bibliográficos relativa a artigos e comunicações até à data apresentados em publicações e realizações da APRH, passaram a estar estruturadamente organizados e disponíveis, evitando-se, assim, que tão relevante património pudesse resvalar para o esquecimento.

Julho de 1999

António Pinheiro

## Factos mais marcantes do Biénio 98/2000

A presidência da APRH constituiu para mim, além da honra óbvia associada a este cargo, a possibilidade de dar o meu modesto contributo pessoal em duas questões marcantes que vão condicionar o futuro do desenvolvimento dos recursos hídricos no nosso país: os Planos de Bacia Hidrográfica e a Convenção para a Protecção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas.



**Bacias Hidrográficas**

Esse contributo foi dado de duas formas: promovendo na APRH sessões de discussão destes temas de modo a informar os associados dos pontos de vista das várias entidades envolvidas, tentando contribuir deste modo para a formação da sua opinião sobre o assunto, e participando pessoalmente em sessões promovidas por entidades exteriores da administração pública e não governamentais, partidos políticos e no Conselho Nacional da Água para veicular a posição que em cada altura se considerou mais correcta para a defesa, protecção e conserva-

ção dos recursos hídricos como um todo e do seu planeamento e gestão, em particular.

Em relação à elaboração dos Planos de Bacia foi manifestada a preocupação em como o processo está a dar a devida relevância ao facto dos Planos de Bacia deverem ser, essencialmente, um instrumento para apoio do ordenamento do território. Só com esta valência é possível contribuir para um desenvolvimento sustentável da sociedade portuguesa. Infelizmente, julga-se ter sido valorizada uma componente que visa criar um documento que pode vir a estar desfasado da nossa realidade, pelo academismo e preocupação exagerado com aspectos que, embora importantes, são infelizmente ainda marginais face às carências que nos caracterizam e à forma incipiente como são manifestados, controlados e geridos os recursos hídricos nacionais.

Contrariamente ao que tem sido defendido por alguns sectores da administração, em nossa opinião, o cumprimento das Directivas Comunitárias e da Directiva Quadro, que se espera vir a ser aprovada em data ainda não definida, não se conseguirá pela consideração imediata das questões que vão ser obrigatórias dentro de 6 a 8 anos, mas sim por criar condições realistas para recuperar o atraso em que nos encontramos. Esta preocupação passa pela indispensável maturidade do sistema institucional, que ainda não dispõe de uma imprecindível autonomia financeira, a quem, o mais rapidamente possível, têm que ser disponibilizados recursos financeiros e recursos humanos compatíveis com as exigências que lhe são feitas.

Em relação à Convenção Luso-Espanhola não podemos deixar de nos congratular com a substancial melhoria que foi conseguida no quadro de relacionamento entre Portugal e a Espanha o que permite, se para isso forem criadas condições, contribuir para uma melhor gestão dos recursos hídricos partilhados pelos dois países, com vantagens óbvias para ambos e para o ambiente, em geral. Congratulamo-nos também com o Parecer,



que subscrevi em nome pessoal mas também como Presidente da APRH, elaborado por um Grupo de Trabalho criado no âmbito do Conselho Nacional da Água e que por este Conselho foi aprovado.

Não posso, contudo, deixar de lamentar a inexistência dum processo de auscultação da opinião dos vários organismos e organizações com sensibilidade e responsabilidades a nível do planeamento e da gestão dos recursos hídricos, que deveria ter sido promovido pelo poder político que orientou a equipa negociadora, pelo menos no âmbito do Conselho Nacional da Água, o que contraria os conceitos de participação pública que devem caracterizar as sociedades democráticas adultas.

Por fim, e embora esteja ainda a meio do mandato não posso deixar, desde já, de ter uma palavra de apreço pela forma activa e participada de todos os colegas, que estão envolvidos nas diversas actividades da Associação, porque o seu empenhamento e dedicação é a garantia da nossa sobrevivência enquanto organização independente de sensibilização da sociedade para os problemas que a afectam e permite construir, em conjunto, uma sociedade desenvolvida que promova a protecção e conservação dos seus recursos hídricos.

*Joaquim Evaristo da Silva*

